



A nova política dos velhos tempos: reflexões sobre a construção de um projeto de nação

The new policy of the old times: reflections about the construction of a nation project

Ronan da Silva Parreira Gaia¹

Alice da Silva Vitória²

Thais Peterossi Candido³

Fabio Scorsolini-Comin⁴

Resumo

No Brasil contemporâneo têm emergido narrativas acerca de uma nova política, em substituição a um projeto de nação outrora alicerçado na pretérita velha política. As teorias que discorrem acerca do contexto social, histórico, político e cultural em torno da formação do Brasil enquanto República, no final do século XIX, podem explicar aspectos do Brasil contemporâneo. O objetivo do presente estudo é problematizar o projeto de nação construído historicamente no país a partir da narrativa dos elementos promotores de desigualdade, como os associados ao racismo e à tentativa de conformação de um brasileiro branco e euro-orientado. Os operadores dessa discussão passam pela abordagem do racismo no Brasil, pelo projeto de branqueamento da população, bem como pelo papel agenciador da segurança pública e da educação no reforçamento de preconceitos, assimetrias e desigualdades. Pode-se concluir que a chamada nova política é fruto da modernização conservadora de aspectos fundamentais do Brasil, o que deve ser problematizado e acompanhado perenemente.

Palavras-chave: Projeto de Nação; Racismo; Modernização Conservadora; História Política do Brasil.

Abstract

In contemporary Brazil, narratives about a new policy have emerged, replacing a project of a nation that was once grounded in the past old policy. The theories that discuss the social, historical, political and cultural context surrounding the formation of Brazil as a Republic, at the end of the 19th century, can explain aspects of contemporary Brazil. The objective of the present study is to problematize the nation project historically built in the country from the narrative of elements that promote inequality, such as those associated with racism and the attempt to shape a white and Euro-oriented Brazilian. The authors of this discussion go through the approach of racism in Brazil, the project to whiten the population, as well as the agent role of public security and education in reinforcing prejudices, asymmetries

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - EERP/USP; Especialista em Direitos Humanos e Gestão Pública pela Faculdade de Educação São Luís; Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Filadélfia - FAFIL. Ribeirão Preto, SP, Brasil. E-mail: ronangaia@yahoo.com.br.

² Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa - UFV; Especialista em Ensino de História da África pelo Colégio Pedro II. Nova Friburgo, RJ, Brasil. E-mail: lili-asv@hotmail.com.

³ Psicóloga pela Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Educação São Luís e em Teorias e Técnicas Psicanalíticas pela Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação. Ribeirão Preto, SP, Brasil. E-mail: thaispcandido@gmail.com.

⁴ Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Docente da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – EERP/USP. Ribeirão Preto, SP, Brasil. E-mail: fabio.scorsolini@usp.br.



and inequalities. It can be concluded that the so-called new policy is the result of the conservative modernization of fundamental aspects of Brazil, which must be questioned and permanently monitored.

Keyword: Project of Nation; Racism; Conservative Modernization; Political History of Brazil.



1. Introdução

O contexto social, histórico, político e cultural em torno da formação do Brasil enquanto República, no final do século XIX, é de fundamental importância para a compreensão do Brasil contemporâneo. A virada do século XIX para o século XX trouxe à baila, no país, fenômenos como a abolição da escravidão, o desenvolvimento do capitalismo, a proliferação dos princípios eugenistas, os princípios positivistas e substituição da Monarquia pela República.

A consolidação dessas mudanças, se vista pelos princípios liberais, está baseada em um alicerce problemático. Parte dos envolvidos com as ideias liberais no Brasil, autotitulados liberais, não entendiam plenamente sobre o assunto e seguiam essa lógica com uma fidelidade e vaidade cega nas supostamente civilizadas ideias francesas (COSTA, 1999). Além disso, as condições existentes de escravidão e patronato, por exemplo, configuram a relação tensa que acompanha a história política do país seja para se falar em liberalismo brasileiro ou em democracia (COSTA, 1999; SILVA, 2018; SOUZA, 2019). Enquanto na Europa já havia críticas ao liberalismo na primeira metade do século XIX, apontando para a substituição de uma oligarquia do capital por outra de linhagem (COSTA, 1999), construía-se no Brasil aquilo que a produção historiográfica chama, hoje, de República Oligárquica.

Enquanto República, a nação demandava a construção de uma identidade nacional (BOLSANELLO, 1996). Porém, quais ferramentas existiam até então, para propagar a identidade brasileira para as futuras gerações? Qual produção historiográfica? Era premente, portanto, refletir sobre a identidade brasileira. Um impasse existente era o de justamente cotejar a real identidade brasileira com aquela que se desejava reproduzir, sobretudo internacionalmente. A imagem internacionalmente construída sobre o país não agradava àqueles com voz para influenciar o planejamento (BOLSANELLO, 1996) e, portanto, havia pressa em arquitetar um projeto sobre o que fazer do país, sobre o que acreditavam que deveria ser o “Brazil” (BLANC; TAPAJÓS, 1978). Dois graves problemas são facilmente apontados nessa ocasião: primeiro que o país foi projetado sobre o que não era, e sim sobre o que “deveria” ser, isto é, de forma não condizente com sua realidade e imposto sobre o que já estava posto; segundo que fora feito de acordo com uma visão estrangeira que pouco ou mal conhecia de fato o país. Organizava-se um “Brazil” que desconhecia o Brasil, como cantado em “Querelas do Brasil”, por Elis Regina (BLANC; TAPAJÓS, 1978).

Dentre as condições possíveis prevaleceram a ideia de branqueamento da população de uma forma política, cirúrgica e eficientemente trabalhada por diversos governos e através das mais distintas estratégias: culturais, midiáticas e institucionais (NASCIMENTO, 2016). O racismo, portanto, inevitavelmente é parte fundante do Brasil moderno, bem como do Brasil Colônia (SOUZA, 2019), haja vista que o nascimento do racismo é indissociável da escravidão, mas é estruturado, sobretudo como um discurso. Após a escravidão, tal estrutura se mantém com base nos estudos acerca da inferioridade biológica dos negros (JACCOUD, 2008), em uma tentativa de subjugar o colonizado e submetê-lo a um dogma branco e eurocentrado que se desenhava no Brasil e era assumido como um projeto de país.

Face ao exposto, é pertinente destacar que a construção do chamado abrambramento se deu pela política de imigração que favorecia famílias brancas européias, garantindo-lhes toda assistência governamental, toda espécie de cotas para que se desenvolvessem junto com o país e o tornassem mais embranquecido em seu fenótipo e cultura (GERALDO, 2009; PRADO JÚNIOR, 1969). A partir desse panorama, o objetivo do presente estudo é problematizar o projeto de nação construído historicamente no país a partir da narrativa dos elementos promotores de desigualdade, como os associados ao racismo e à tentativa de conformação de um brasileiro branco e euro-orientado. Os operadores desta discussão passarão pela abordagem do racismo no Brasil, pelo projeto de branqueamento da população, bem como pelo papel agenciador da segurança pública e da educação no reforçamento de preconceitos, assimetrias e desigualdades.

Em termos metodológicos, para subsidiar a discussão do presente estudo, foi realizada uma



revisão de caráter narrativo, elencando como documentos prioritários livros e notícias publicadas na mídia impressa e televisiva. Tais documentos foram submetidos a uma análise crítica orientada por estudos que sublinham a compreensão do contexto social, histórico, político e cultural em torno da formação do Brasil enquanto República, no final do século XIX (BOLSANELLO, 1996; GERALDO, 2009; MBEMBE, 2016; MUNANGA, 2003; SANTOS, 2003; SOUZA, 2019). Para iniciar esse diálogo, abordar-se-á como a chamada política de branqueamento do Brasil opera no sentido de contribuir para a defesa de tal posicionamento. Posteriormente, serão abordadas as temáticas do racismo e da produção das desigualdades sociais, além das repercussões desses apontamentos nos campos da segurança pública e da educação.

2. As costuras da política de branqueamento no Brasil

A influência da política de branqueamento da população na cultura brasileira esteve perceptível nos debates políticos de 2018, tanto naqueles formalizados, entre os candidatos, quanto nos ocorridos entre o povo em todo o país. Esta parece ter sido a política pública ou ação legalmente trabalhada mais eficiente da nossa história, a julgar pelo fato de que não é à toa que tenha surgido aqui o termo “para inglês ver” (COTA, 2011, p. 69). O Brasil carrega uma história de fragilidade jurídica (COTA, 2011), salvo exceções, como essa, que prevalecem na institucionalização do racismo. Parte-se do princípio de que compreender plenamente o processo em que se deu o desenvolvimento e estabelecimento desta política é essencial para uma análise completa da última eleição, na qual foram expostos aspectos das raízes da República.

Por racismo, neste estudo, nos orientamos pelo conceito elaborado por Munanga (2003, p.8), que o concebe como “(...) uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. Vale ressaltar, ainda nas palavras do autor em tela, que:

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2003, p.8).

É preciso ressaltar que para concretizar a política de branqueamento da nação não bastou o incentivo da vinda de famílias especificamente europeias para embranquecer o país. Houve, ainda, o controle da vinda de imigrantes africanos e, por algum tempo, asiáticos, tidos como problemas indesejáveis (GERALDO, 2009; MONSMA; TRUZZI, 2018; OLIVEIRA, 2018). Os atores do branqueamento têm seu papel importante na construção do país e não é intenção dos autores deste estudo culpar ou julgar estas famílias que vieram para cá com suas necessidades e aqui encontraram um futuro melhor. Pelo contrário, estes atores serviram, literalmente, às respectivas funções de acordo com o que pretendiam os governos brasileiros que os assistiam (SANTOS, 2003). Não há, também, problematizações contra eles por terem recebido tantas cotas assistenciais estatais para se manterem e contribuírem para o país. Não se nega, igualmente, sua contribuição, tanto na cultura quanto na economia.

Assim, o argumento aqui defendido é o de que não cabe validar a ideia de que estes (e apenas estes) – pela condição de europeus – civilizaram nosso país. Esse eurocentrismo não cabe à realidade do século XXI. Não condiz, também, ignorar os inúmeros obstáculos à população negra no país que, diferentemente do que se propaga: era, em sua maioria, livre ou alforriada anos antes da abolição (MATTOS; RIOS, 2004); trabalhava em distintas profissões, no campo e/ou na cidade (MATTOS; RIOS, 2004); no caso das mulheres, estas eram as principais comerciantes dos grandes



centros urbanos, conhecidas como ganhadeiras (SOARES, 1996); tanto negros brasileiros quanto os africanos tinham forte influência no comércio transatlântico (NASCIMENTO, 2007) e ainda, através dos quilombos, vendiam matérias-primas desde o Período Imperial, desenvolvendo a recente República (NASCIMENTO, 2007).

3. Sobre o racismo à brasileira e suas formas de desigualdade

É oportuno mencionar que o grande responsável pelas desigualdades apontadas na Introdução deste estudo é o Estado brasileiro, que possui uma dívida histórica com a população negra e indígena (SILVA, 2018). A expectativa dos ditos liberais brasileiros, à época, era de que os imigrantes brancos europeus ocupassem esses espaços tão centrais do cotidiano do país, segregando os corpos negros, higienizando o país tido como fracassado pelo alemão Conde Gobineau devido à forte presença de “classes infames” ou das chamadas “raças degeneradas” (BOLSANELLO, 1996; MAIA; ZAMORA, 2018).

Não apenas na Europa se produziam perspectivas eugenistas para o Brasil. Aqui, nomes como Nina Rodrigues (1862-1906), Sílvio Romero (1851-1914), João Batista de Larceda (1846-1915) e Renato Kehl (1889-1974) cimentaram cientificamente as ideias sobre a nação voltadas, sempre, ao extermínio das populações não-brancas (BOLSANELLO, 1996). A noção de uma psiquiatria que marginalizava e psicopatologizava as expressões culturais dos negros, como presente nos estudos de Nina Rodrigues, apenas para citar um exemplo, promoveu a propagação de um imaginário popular que relegava ao negro uma posição de subalternidade a qual este não poderia reagir. Ao aceitar esta condição e seus determinismos, o negro passava a ser visto como aquele que nada poderia fazer frente ao cenário de exclusão que lhe era não apenas imposto, mas naturalizado.

A grande questão de divergência nas Academias, mesmo sendo estas já ocupadas por corpos negros intelectuais, era sobre como seria o processo de extermínio e em quanto tempo o Brasil se tornaria uma nação branca, uma nação limpa das raças consideradas degeneradas (WEGNER; SOUZA, 2013). Um país branco, esquecido do seu passado escravista – já que este era, agora, um modelo arcaico – e da miscigenação após o branqueamento e assimilação das raças mestiças (BOLSANELLO, 1996; JACCOUD, 2008). Assim, todos os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo país na época, bem como os obstáculos para seu desenvolvimento seriam solucionados por meio da chamada política de branqueamento (BOLSANELLO, 1996).

O país pretendia se modelar à sociedade europeia a exemplo dos dizeres bordados na bandeira: “ordem e progresso”. A pureza da raça era o grande plano pensado na gênese do Brasil República, estratégia que resolveria a confusão moral, social e racial do país (JACCOUD, 2008). Todavia, por conta outro ponto tradicional da história política do país, a modernização conservadora (PIRES; RAMOS, 2009), mesmo que indiretamente, o projeto de nação contava com o aprimoramento da escravização racializada (SOUZA, 2018) e da lógica do agronegócio, abolindo e apagando a escravidão, mas engessados na lógica escravagista.

4. O agenciamento da segurança pública

Outro ponto interessante a ser destacar sobre esse início de nação e construção da identidade nacional diz respeito ao papel dos agentes de segurança pública enquanto controladores do Estado. Desde o contexto do final da escravidão, com as revoltas múltiplas e concomitantes, diante da fragilização do poder senhorial e da necessidade de estatizar os modos de controle da sociedade, legitimando a pretensa Nova República, fortalece-se um ideário da importância desses agentes, conforme a expansão da figura policial (AZEVEDO, 1989; SOUSA; MORAIS, 2011).



A segurança é associada à militarização – mesmo com o risco de morte de corpos negros – em um período no qual a segurança pública significou uma reorganização da força repressiva do Estado⁵(SOUZA; MORAIS, 2011). Crescia, simultaneamente, a formação de favelas nas áreas urbanizadas, espaços onde habitavam/habitamaqueles – vadios, artistas, capoeiras, isto é, os negros de maneira geral – que eram alvos da legislação racista e do extermínio arquitetado pela República (OLIVEIRA, 2018; SOARES, 1999). Tal política incidia, portanto, sobre os negros periféricos. Assumindo a posição de colonizados, eles não podiam fazer frente à opressão dos colonizadores, reafirmando o lugar do negro como uma posição que o tornaria vulnerável ao agenciamento do Estado por meio da segurança pública. Assim, mesmo defendendo a ideia de uma segurança pública voltada a toda a população, a marginalização da população negra naquele período tornava esses corpos invisíveis ao acolhimento do Estado. Estes se corporificavam, pelo contrário, como elementos que deveriam ser extirpados para que, então, se fizesse justiça. Cabia à polícia, portanto, o controle desses corpos cujas vidas soavam tão ameaçadoras.

Essa necropolítica (MBEMBE, 2016) em um país liberal fez do Brasil uma antítese desde o princípio, fragilizando a utopia Brasil. Talvez isso explique, dentre outros motivos, os vários governos ditatoriais em nossos poucos anos como República e o martírio aos militares e ao militarismo pela população brasileira, aspecto evidenciado durante as últimas eleições junto à opinião pública que se manifestava sedenta por segurança e aclamando, por exemplo, a possibilidade de um novo governo como uma promessa de redução da criminalidade e da corrupção (BRASIL DE FATO, 2019; SANTOS, 2017).

5. A costura pela educação

A biopolítica, no sentido foucaultiano, também contava com o auxílio da educação para inserir suas ideologias, seja do mito da democracia racial (ALMEIDA, 2018a), da política de embranquecimento ou do apagamento histórico de negros e indígenas pela prevalência do positivismo, encaminhador para nos aglutinar à universalização⁶ (OLIVEIRA, 1990). O mito da democracia racial foi o responsável pela construção da concepção, popularmente difundida, de que no Brasil não há preconceito racial e que todos os povos convivem em harmonia aqui, sendo cuidados pelo Estado de modo equânime. Tal ilusão opera, justamente, o reforçamento das assimetrias entre negros e não-negros, corporificando o racismo no Brasil a partir de costuras centralizadas na negação deste processo.

Cabe pontuar, aqui, que “[...] a história narrada nas escolas é branca” (SANTOS, 2003, p. 27), ela é escrita e organizada sob o ponto de vista do branco (SANTOS, 2003) cimentando, ainda mais, a perspectiva fanoniana do colonizado versus colonizador. A história é narrada por brancos, ainda que boa parte dos professores de periferia, por exemplo, sejam negros. O processo decorrente do embranquecimento e da colonização perversa acaba afetando diretamente os negros que, impossibilitados de se identificarem com as suas raízes, haja vista que as mesmas se situam alinhadas aos colonizados, acabam almejando a posição do colonizador, o branco (SOUZA, 1990). Esses professores, ainda que negros, assimilam a narrativa branca, considerada correta, aceita, legítima e natural.

Esse intento, impossível, acaba sendo corporificado em sua tentativa frustrada de embranquecer e ocupar posições brancas em uma sociedade que situa muito bem brancos e negros em realidades opostas. Em outras palavras, tal fato acaba, conseqüentemente, levando à população negra à busca pelo ideal branco, inatingível e inalcançável (FANON, 2008; SOUZA, 1990). Isso acontece porque o

⁵ O grande pilar do Estado que, como bem conceitua Weber (1982, p. 98), é “(...) o monopólio da coação física legítima”.

⁶ Isto é, considerando como foco de referência a Europa, igualar-se aos civilizados e potentes colonizadores.



desconhecimento de sua própria história faz com que o negro viva “(...) com a memória do outro” (KIZERBO, 2010, p. XXXIII), neste caso, a memória do branco. Esta memória é perenemente reconstruída e alimentada na escolarização brancocêntrica.

A observação da educação para o negro no Brasil mostra que ela é historicamente deficitária em diversos aspectos, problema possivelmente decorrente da escravidão. Ao passo que a população negra se encontra às margens da sociedade, a mesma também utiliza as escolas das margens, feitas para as margens. Este ponto, sobretudo considerando o já sabido descaso do Estado para com a educação do país, não é somente grave, mas pode ser lido como um exemplo de racismo ambiental (HERCULANO, 2006). Para além disso, é preciso pensar o racismo no cotidiano das salas de aula brasileiras, não somente no que tange aos conteúdos, mas também à postura de alguns professores. Gomes (2015) fala de atitudes racistas de professoras junto a crianças em Belo Horizonte /MG, nas quais estão expressas uma grave violência psíquica, um despreparo profissional e a falta de preocupação com a formação escolar. A autora pontua, ainda, o delicado quadro em que se encontra a profissão de professor no Brasil, mas insiste que isto não justifica as atitudes racistas praticadas no contexto escolar (GOMES, 2015). Tais situações narradas pela autora, no entanto, não configuram um caso à parte, infelizmente. Domingues (2016) aborda o trabalho da Frente Negra Brasileira (FNB) no combate à forma rude por meio da qual alunos negros eram tratados nas escolas tradicionais até a segunda metade do século passado. De acordo com a autora (DOMINGUES, 2016), a eles eram dados as piores punições em um período no qual a educação se baseava, ainda, em castigos físicos. Não é preciso ir muito longe para assimilar que, especialmente em um período de aprovação dos estudos eugênicos, recaiam (tal como recai ainda hoje) sobre os alunos negros estigmas com a suposição de se tratar de sujeitos naturalmente indisciplinados, violentos ou incapazes aprender os conteúdos dados em aula, como bem explica Gomes (2017). O jovem aluno negro, aqui, não é visto como o futuro da nação, conforme as demais crianças, mas como uma ameaça, um provável problema. O aluno ainda em formação é associado aos seus antepassados escravizados e recai sobre ele todas as mazelas da coisificação do negro escravizado (FANON, 2008).

Tanto é empírico esse tratamento destinado ao negro na educação básica que Domingues (2016) aponta para a luta da FNB na busca por construir escolas com professores negros onde as histórias e a cultura negra sejam ensinadas por um viés positivo, com o auxílio de um Centro de Estudos que dê uma visão negra sobre os conteúdos escolares. A intenção da FNB, conforme indica Domingues (2016), era, ainda, inserir negros na Academia e diminuir a evasão escolar de crianças negras que tinham a escola como um local indesejado e um espaço de opressão. Apesar do esforço da FNB, Gomes (2015) aponta que as relações escolares melhoraram, mas que no período que se estende entre a década de 1930 até os anos 2010, persistem relações racistas nas escolas, tanto no que tange os conteúdos, como na relação professor-aluno.

Mesmo assim, a materialidade ressoa mais forte. Uma observação da história mostra um Brasil distante das expectativas geradas a priori. Porém, por uma análise mais minuciosa, é possível questionar o quanto esse projeto, de fato, fracassou. Ainda que não nos exatos termos ilusionados na Primeira República, algumas pontuações mostram êxito inquestionável: o aumento cada vez mais crescente de mortes, por diversas vias, de pessoas negras e indígenas (CARVALHO; AGUIAR; DANTAS, 2018; JORNAL NACIONAL, 2017)⁷; a ocupação dos espaços de destaque por descendentes de imigrantes europeus do último século⁸, que facilmente ascenderam; e a manutenção de uma oligarquia. Isso pode significar que o plano persiste, mas, aparentemente, será bastante difícil.

As discussões em torno das eleições de 2018 também demonstraram que há uma reprodução

⁷ Negros contam 71 % dos homicídios no Brasil e assassinatos de indígenas crescem nos últimos anos com estimativas subestimadas de 12 a 54 mortes a mais entre 2016 e 2017 (CARVALHO; AGUIAR; DANTAS, 2018; JORNAL NACIONAL, 2017).

⁸ Com isso, nos referimos a espaços de poder diversos, desde donos de importantes comércios, por exemplo, à presidência da República.



da utopia pensada para o país na noção de progresso: o negro, o favelado e não os bandidos de “colarinho branco” são o “nosso” problema. Pode-se refletir, com isso, que as previsões da ciência eugenista que garantiam o extermínio das raças degeneradas pela miscigenação ou pelo processo evolutivo (WEGNER; SOUZA, 2013) fracassaram, mas que o projeto de nação em si e as ideologias cunhadas triunfaram, ao menos, na construção de um pensamento que criminaliza o não-branco.

6. O Brasil que deu certo

Todos os aspectos até aqui apresentados, quando articulados, caracterizam os produtos somados para a formação política e cultural da nação e são essenciais para orientar esta reflexão. Sem isso, as questões que aqui se pretende problematizar – acerca do nosso projeto de país – não poderiam ser encaminhadas, na medida em que esta base consolida e elucida o país de hoje. Nossa intenção, nesta discussão, é justamente aglutinar essa relação entre o passado e o presente, trabalhando questões atuais como reflexo da construção do país. A eugenia e as oligarquias sempre estiveram no controle deste país e ignorar isso não é o caminho para concretizar uma democracia: é preciso encarar essa realidade. Mais ainda, é necessário apontar para o fato de que vivemos, hoje, o resultado de um alicerce plantado na construção desse projeto de nação na Primeira República. Sem tal apontamento, que se propõe como crítica, não é possível realizar uma análise político sociológica nas Ciências Sociais e Humanas brasileiras coesas de agora por diante.

No auge das polêmicas que têm permeado o Governo Federal, desde o resultado das eleições de 2018, há que se problematizar o que significa a crença e a esperança depositadas por parte da população no projeto vencedor da disputa eleitoral, representante do que vem sendo compreendido e nomeado como “nova política”. Elencamos, a seguir, potentes colocações que podem iniciar essa reflexão.

Inicialmente, é preciso pensar sobre a confiança trazida pela figura militar, historicamente exaltada pela população, mesmo após tantos problemas causados por alguns agentes da instituição⁹ (BRASIL, 2014a; BRASIL, 2014b; BRASIL, 2014c). Soma-se a isso, a ideia de progresso que a imagem branca representa para uma sociedade sedenta por “civilização”, haja vista que a mesma se reconhece como degenerada devido à educação que lhe é dada – sem representatividade, sem conhecimento pleno de sua história, sem valorização de todos os seus saberes e costumes (MUNANGA, 2015; PINHO, 2009) – e o discurso condizente com a necropolítica (MBEMBE, 2016), aceito pelo senso comum sem significativa resistência.

O projeto vencedor da eleição presidencial de 2018 pode ser compreendido como uma representação do Brasil (BLANC; TAPAJOS, 1978) que deu certo, metaforizado na canção Querelas. Se todas as famílias brasileiras seguissem da mesma forma, seríamos o país esperado pelos fundadores da República e do dito fracassado projeto de nação¹⁰. Mesmo que haja muitas reclamações por parte

⁹ Lembrando que o país começa com um golpe de estado do militar Deodoro da Fonseca, que sofre impeachment e é substituído, logo após, pelo também militar Floriano Peixoto. Posteriormente, grandes latifundiários do Sudeste (período conhecido como República do Café com Leite) se revezam na presidência do país (COSTA, 1999). Este fatolância luz sobre a histórica relação entre militares e os grandes agricultores – antigos senhores de engenho –, hoje donos do agronegócio e um dos responsáveis pelas chacinas a grupos indígenas e quilombolas (TELES JÚNIOR, 2018; LIMA; URQUIZA, 2015). Vale ressaltar, ainda, a recente ditadura militar, entre 1964 e 1984, iniciada no contexto de desenvolvimento dos debates acerca da reforma agrária que foi um dos pilares do governo de João Goulart – ex-presidente morto pela ditadura (BRASIL, 2014) – e ainda apresenta danos à sociedade brasileira (como qualquer regime ditatorial ou ataque a democracia) de natureza social, política e econômica que ainda hoje demandam soluções.

¹⁰ Mais ainda, se todas as famílias brasileiras fossem como a família Bolsonaro, provavelmente já não haveriam negros no país e o extermínio já seria completo, como esperava Sílvio Romero (WEGNER; SOUZA, 2013). Esse Brasil seria de homens brancos, de bons cristãos que se sacrificarem em prol da civilização da nação, aperfeiçoando as raças degeneradas, protetores das famílias embranquecidas a todo custo e, ignorantes sobre o passado brasileiro, glorificariam o triunfo do extermínio dos não-brancos. Porém, a história não vive de possibilidades, ela já aconteceu. Tal dimensão ocorre em concomitância com as famílias negras orgulhosas de sua história, pela qual lutam para conhecer e essa é, também, uma das muitas faces do Brasil.



das grandes elites brasileiras, a oligarquia se mantém conveniente e poucas forças podem configurar, de fato, sérios riscos aos seus privilégios.

Muitas famílias compostas por imigrantes europeus serviram ao propósito de embranquecer a nossa população, fortalecendo corpos brancos nas mais diversas posições da sociedade brasileira.

O patrimônio adquirido, neste contexto, acompanhou gerações destinadas para crescerem, serem a “cara” do país, a imagem que queriam passar. Por outro lado, famílias negras tinham suas profissões, ainda que de mesmo ofício, fiscalizadas rigorosamente, além de terem que lidar com obstáculos jurídicos e tributários impostos. Tal processo operava reforçando as assimetrias que, cada vez mais, se aprofundavam e não permitiam ao negro qualquer mudança significativa nessa estrutura (SOARES, 1996). Obviamente que não estamos nos referindo a mudanças em um núcleo familiar específico que poderia, eventualmente, passar por alguma transformação até mesmo em termos de ascensão social: falamos em uma perspectiva coletiva e tecida pelo fato de ser negro em um país eminentemente racista e que corporifica(va) políticas comprometidas com o reforçamento das diferenças.

Retomando o Período da República e avançando aos dias atuais, em um movimento de ir-e-vir necessário a uma análise que se pretende crítica, é importante mencionar que a elite brasileira sempre teve pressa na realização de seus desejos e reivindicou suas necessidades, sempre que desconfortáveis por algum motivo, pois é assim que se mantém a Lei de Ferro das Oligarquias (MICHELS, 1954). O historiador Skidmore (NASCIMENTO, 2016) aponta que a maior problematização entre o povo sobre o genocídio de não-brancos era acerca do tempo, demasiado longo, que os cientistas da época previam para que as raças degeneradas fossem eliminadas. Quando, sobre a velha concepção de “o problema do negro” (NASCIMENTO, 2016; RAMOS, 1995), um projeto de país ressalta essa velha demanda e promessa governamental (hoje já secular), ainda mais no contexto do sensacionalismo midiático sobre supostos altos índices de violência e insegurança esquematizados para ganhar o apoio da opinião pública para intervenção federal no Rio de Janeiro (ISP, 2019)¹¹, a afirmativa do público é certa. Afinal, o mito fundador (CHAUÍ, 2000) é de que todos os problemas sociais que envolvem o país estejam associados aos selvagens: negros, indígenas e mestiços (BOLSANELLO, 1996).

O apoio da mídia também é crucial para essa construção social do negro no imaginário sociológico (SANTOS, 1994). A imagem de bandido, traficante, usuário de drogas, entre outros, legitima o genocídio para além do projeto de nação brasileira alcançando, ainda, o projeto ocidental de supremacia branca, vulgo racismo (WELSING, 1989), que lhe serviu de referência. Quem se mostrar apto ao combate a esse inimigo (leia-se, o negro periférico) pode galgar um importante espaço e um reconhecimento por, justamente, asseverar um projeto de país condizente com o que temos corporificado por longas décadas no Brasil.

Uma pontuação importante e, talvez, específica das eleições presidenciais de 2018, foi o aval de parte da população negra¹² na contramão de acusações de racismo ao então candidato Jair Bolsonaro. Tal apoio possibilitou modernizar, sempre de forma conservadora, os discursos bolsonaristas de modo a negar a possibilidade de racismo nas declarações denunciadas. Neste cenário, observou-se que mesmo pessoas negras passaram a defender o então candidato de ofensas racistas. Portanto, a modernização do discurso bolsonaristase revela fundamental para identificar a distância entre os grupos raciais cultivada nas relações horizontais (de proximidade e integração, como as observadas em relações de sociabilidade, vizinhança, intercassamentos, entre outras) dos estratos médio e altos, que mantêm os discursos do começo do século XX afastados dos discursos conservadores do século XXI.

¹¹ Que possuía antes da intervenção, inclusive, os índices mais baixos dos últimos anos nesses quesitos.

¹² Embora seja oportuno apontar o apoio recebido por Bolsonaro de parte da população negra, a partir das votações do segundo turno das eleições de 2018 ocorre o que Petrólio Domingues (2019) concebe como ‘flagrante divisão racial’, pois “(...) Bolsonaro venceu em 85% dos municípios de maioria branca, grande parte deles localizados no Sul do país” (DOMINGUES, 2019, p. 99).



Como aponta Abranches (2019), é possível identificar, a partir das eleições de 2018, aspectos autoritários e antidemocráticos como os presentes em alguns dos discursos de Jair Bolsonaro que se popularizaram. Em 30 de julho de 2018, durante entrevista no Programa Roda Vida, da TV Cultura, Bolsonaro, então candidato à Presidência da República, ao ser indagado sobre as políticas de ações afirmativas nas Universidades e se estas seriam uma possível reparação, tendo em vista a dívida históricado país para com os negros em decorrência dos mais de três séculos de escravidão, declarou: “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém em minha vida”. Em outro momento desta mesma entrevista, o então candidato à Presidência da República ponderou: “*Se for ver a História, realmente, os portugueses nem pisavam na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos*” (BOLSONARO apud DOMINGUES, 2019, p. 101). Tais falas, notadamente as voltadas aos negros e às políticas de ações afirmativas, permitem-nos discutir um racismo “à brasileira”.

Há de se considerar, antes de tudo, que o mesmo imaginário midiático sobre o negro atinge toda a população, negra ou branca (SANTOS, 1994). Se a população negra não interiorizasse tal mensagem, toda a lógica racista não procederia. A segregação física e a miscigenação nunca foram um problema aqui, como foi nos *apartheids* estadunidenses ou sul-africano. Manter contato com uma pessoa negra sempre foi natural e tê-lo por perto não é sinônimo de apoio à causa anti-racista. Os sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes analisaram este hábito, que classificaram como “preconceito de não ter preconceito” (BASTIDE; FERNANDES, 1955). Acontece que não “soa bem” demonstrar ser preconceituoso no Brasil da ideologia do mito da democracia racial, mas é possível ser racista, contanto que de maneira velada. A confusão sobre o que configura ou não racismo é fruto de uma suposta universalidade das práticas de racismo que têm por referência, na hegemonia colonial do Ocidente, o contexto Norte: Estados Unidos ou Europa (naquele momento, representado pela Inglaterra colonizadora dos povos da África do Sul). Outra distinta e delicada configuração do racismo à brasileira que não pode ser ignorada tem relação com o processo de denegação dos negros da sua identidade (GONZALES, 1988), negada em todos os meios de socialização, quando não atribuída a uma classe infame. A ideologia racista é possível por ser, acima de tudo, um mecanismo psíquico que faz as raças ditas inferiores crerem, de maneira quase inquestionável, na verdade imposta que estrutura tudo ao redor.

Tal lógica psicológica cria desde muito cedo, no negro, um ideal de ego incondizente com o que ele é gerando, muitas vezes, auto-ódio e o afastando de se colocar como negro do ponto de vista político (SOUZA, 1990), tanto quanto o aproxima da denegação de tudo o que se associa ao negro (GONZALEZ, 1988). Este processo, por si só, valoriza tudo mais que seja associado ao branco, o que é visto na defesa desenfreada de brancos por negros, tanto na eleição como em outros contextos. Uma obra que explica muito bem esse processo é o livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, de Frantz Fanon (2008), lançado em 1952 na França, mas válido para a experiência negra em diáspora. O sofrimento psíquico derivado desse processo incidiria sobre o negro, afetando o modo como ele se socializa, como compõe a sua autoimagem e como valida a sua experiência como passível de confiança e de legitimidade.

O terreno sociopolítico brasileiro, nos termos aqui apresentados, é fértil para constituir o que tem se chamado de bolsonarismo (SILVA, 2019), movimento que vem sendo investigado pelos pesquisadores em termos de suas ressonâncias tanto para a chamada “velha política” como para a tentativa de construção e legitimação do que vem sendo compreendido como “novo” nesse cenário. Pelos argumentos recuperados historicamente no presente estudo, aventa-se que tais aspectos são um reflexo modernizado das conservadas bases históricas idealizadas pela classe dominante no Brasil.

7. Considerações finais

Ao final deste percurso, reafirma-se a ideia de que o fenômeno compreendido como bolsonarismo



não se iniciou nos últimos anos (SILVA, 2019), mas guarda um estreito diálogo com as políticas tradicionais em nosso país, muitas das quais sustentadas na assimetria, no racismo e na reafirmação da força do colonizador. A fim de compreender o atual cenário, recomenda-se a construção de uma hipótese que considere que, a despeito do que é narrado e corporificado na Constituição Cidadã, o projeto de Brasil não prevê a adoção de uma democracia plena, mas sim de uma tentativa que vem sendo ora perseguida, ora rechaçada a partir dos operadores aqui recuperados, como os que deflagram o racismo.

O movimento atual parece ser a rememoração de um já vivido que reafirma o que se discute como projeto de país há séculos. Assim, mais do que uma anunciada ruptura com o velho, segundo os argumentos aqui recuperados, observa-se a continuidade com políticas já consolidadas. A continuidade do pensamento que associa o Brasil a uma oligarquia tem como nó a consideração dessa perenidade estar alicerçada em um passado cuja produção historiográfica tenta amenizar, desfocar e apagar, não permitindo a construção de ferramentas necessárias para uma análise plena da história e da política brasileiras. Portanto, muito diferente do que se aventa no espaço discursivo contemporâneo, a chamada “nova política” pode ser compreendida como a manutenção da “velha política” na medida em que se moderniza, no intento de “innovar” o discurso conservador. A lógica da modernização conservadora (PIRES; RAMOS, 2009) que sustenta o país se exemplifica neste quadro que mantém, ainda, a antítese de um liberalismo excludente da Primeira República (COSTA, 1999). Os efeitos desse movimento de continuidade podem asseverar o clientelismo na política brasileira, o racismo na cultura e a naturalização das desigualdades na sociedade (SOUZA, 2019), mantendo vivas as características enraizadas descritas.

O presente estudo, cumprindo seu objetivo, também deve ser reconhecido em suas limitações. Ainda que seja importante ao pesquisador no campo das Ciências Sociais se posicionar em termos epistemológicos, justificando o tom analítico adotado, revela-se a necessidade de dar voz às dissonâncias que também habitam o espaço discursivo que produz alguns dos efeitos aqui elencados a partir de um ponto de vista crítico. Ainda que esse debate não tenha sido adotado no presente estudo, consideramos que a leitura do mesmo, por si só, pode se revelar potente, também, para conhecer, reconhecer e analisar as dissonâncias que estão presentes nos fenômenos em tela.

Em termos dos passos futuros, espera-se que as colocações postas tenham explicitado que o Brasil segue o caminho para o qual foi destinado, arquitetado e constituído. O processo observado durante as eleições de 2018, nesse sentido, não deve ser considerado como um fenômeno apartado de seu contexto, mas justamente explicado em termos estruturais e históricos, como apontado na presente investigação. Este movimento, pelos argumentos aqui expostos, alinha-se à reafirmação da busca por um futuro embranquecido que pode, sim, conduzir tanto à ordem como ao progresso, pontos de chegada sonhados por aqueles responsáveis pela elaboração do mito fundador (CHAUÍ, 2000).

Ao final deste percurso e à guisa de conclusão, assinala-se que o projeto de país que vem sendo corporificado há séculos é contínuo, sendo apenas reaquecido em cada novo movimento que, buscando a ruptura, amplia ainda mais a força dessas ligações. Também por essa razão, o genocídio continua não simplesmente como um racismo velado, mas, acima de tudo, naturalizado (NASCIMENTO, 2016). Consta ainda ressaltar que este projeto, pelo “preconceito de não ter preconceito” (BASTIDE; FERNANDES, 1955), entre outras questões, não se coloca explícito fora do pensamento sociológico, mas certamente faz parte do subconsciente daqueles compreendidos como componentes da oligarquia brasileira.

Em suma, seja no projeto inicial da política de embranquecimento, seja com a propagação, sabidamente mentirosa, do mito da democracia racial (MAIO, 1999)¹³, o apagamento ou ainda extermínio das populações não-brancas para “sofisticar” a imagem do país é propagada e está consolidada. Enquanto uma sociedade fundada em particularismos, o Brasil possibilita que se transforme o sentido

¹³ Desmistificado pela Escola Paulista de Sociologia com o Projeto Unesco (MAIO, 1999).



de direitos em privilégios e vice-versa (CHAUÍ, 2000). O brasileiro segue, desta forma, naturalizando preconceitos e contribuindo para as desigualdades das minorias sociais sem muitas ressalvas. O mito fundador, em si, passa pelo processo de denegação (GONZALES, 1988) ao negar toda sua diversidade. A cada passo mais próximo ao ideal de ego projetado na Primeira República, tão bem simbolizado na contemporaneidade, maior é a expectativa de alcançar a tão sonhada ordem e o tão sonhado progresso.

8. Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, Sérgio; *et. al.* **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 11-34.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. História da discriminação racial na educação brasileira - Silvio Almeida - Escola da Vila 2018a. In: **Centro de Formação da Vila**. YouTube, 26 jul. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gwMRRVPI_Yw&feature=youtu.be. Acesso em: 19 jun. 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018b.

AZEVEDO; Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Capítulo III.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: UNESP/Anhembi, 1955.

BLANC, Aldir; TAPAJÓS, Maurício. Querelas do Brasil. In: REGINA, Elis. **Elis Transversal do Tempo 1978**. Rio de Janeiro: Philips/Polygram, CD 838 285-2, 1998 (1978).

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. In: **Educar em Revista**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, Dec. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 jun. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos. **Comissão Nacional da Verdade**. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014a. 1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. **Comissão Nacional da Verdade**. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014b. 976 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Textos temáticos. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014c. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL DE FATO. Ex-preso político analisa o ciclo conservador que se inicia com a posse de Bolsonaro.



São Paulo: **Brasil de Fato**. Publicado em: 1 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/01/ex-presos-politicos-posse-de-bolsonaro-inaugura-novo-ciclo-de-extrema-direita-no-pais/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CARVALHO, Cleide; AGUIAR, Tiago.; DANTAS, Dimitrius. Assassinatos de indígenas crescem no Brasil, segundo Conselho Indigenista Missionário. **O GLOBO**. Publicado em 01 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-indigenas-crescem-no-brasil-segundo-conselho-indigenista-missionario-23273811>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

COTA, Luiz Gustavo Santos. Não só “para inglês ver”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. In: **História Social**, n. 21, p. 65-92, 2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/912/683>. Acesso em: 20 jun. 2019.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. Democracia e autoritarismo: Entre o racismo e o antirracismo. In: ABRANCHES, Sérgio; Et. Al (Orgs.). **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 98-115.

DOMINGUES, Petrônio. Um “TEMPLO DE LUZ”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya A. Pombo (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 329-362.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. In: **Cad. AEL**, v.15, n.27, p. 175-209, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª Edição Revisada. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, 154p.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

HERCULANO, Selene. “Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental”. Texto apresentado no **I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/la-como-ca.pdf>. Acesso em 12 fev. 2020.

ISP. Séries históricas anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões. **Instituto de Segurança Pública – ISP**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, março



de 2019. 20 p. Disponível em:

<http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**; Brasília: IPEA, 2008.

JORNAL NACIONAL. A cada 100 vítimas de homicídio no Brasil, 71 são negras, diz estudo. **G1 - Jornal Nacional**. Publicado em 18 de novembro de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/11/cada-100-vitimas-de-homicidio-no-brasil-71-sao-negras-diz-estudo.html>. Acesso em: 21 jun. 2019.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, p. XXXIII, 2010. 992p.

LIMA, Getúlio R.; URQUIZA, Antônio H. A. Agronegócio, desenvolvimento e territórios indígenas tradicionais: os desafios dos direitos Humanos em Mato Grosso do Sul. In: **RIDH**, Bauru, v. 3, n. 2, p. 115-131, jul./dez. 2015

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2019.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: **Topoi**, v.5, n.8, p. 170-198, 2004.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Arte & Ensaios**. n.32. p.123-151. Dez.2016. Disponível em: <<https://revistas.ufjr.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em 18 jun. 2019.

MICHELS, Robert. A lei de ferro da oligarquia. In: **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1954.

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo. Amnésia social e representações de imigrantes: consequências do esquecimento histórico e colonial na Europa e na América. In: **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 70-108, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v20n49/1807-0337-soc-20-49-70.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-02004903>

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p.20-31, dez. 2015.10.11606/issn.2316-901X.v0i62p20-31

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ**, 5 nov. 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de>



raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 11 jan. 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz do. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **RATTS**, Alecsandro José Prudencio. Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial / instituto Kuanza, 2007, p. 117-125.

OLIVEIRA, Lorena Silva. **Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer**. 2018. 111p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208 p.

PIRES, M.J.S.; RAMOS, P. **O termo Modernização Conservadora: Sua origem e utilização no Brasil**. Documento Técnico Científico. REN, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

SANTOS, Bárbara Ferreira. Um a cada três brasileiros apoia intervenção militar no país. **EXAME**. Publicado em: 02 de outubro de 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do ciclo vicioso**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SANTOS, Hélio. [2002]. Entrevista ao Programa Roda Viva. In: **TV Cultura**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1e6HHctgWPK>. Acessado em 29 de março de 2019.

SANTOS, Hélio. Uma teoria para a questão racial do negro brasileiro: a trilha do círculo vicioso. In: **São Paulo em perspectiva**, v. 8, n. 3, p. 56-65, 1994.

SILVA, Emanuel Freitas da. Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. In: **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, n. 22, p. 133-153, 2019.

SILVA, Juremir Machado. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 448p.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeiragem baiana na Corte Imperial (1863-1890). In: **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 22-23, p. 147-176, 1999.

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: Mulher e Resistência Negra em Salvador no Século XIX. In: **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 57-71, 1996.

SOUSA, R. C.; MORAIS, M. S. A. Polícia e Sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011, São Luís-MA. Anais [...]. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/vjornada.html>> Acesso em: 20 jun.



2019.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Edição revista e ampliada: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. 272 p.

_____. **Subcidadania Brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. 288 p.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

TELES JÚNIOR, Adenevaldo. **O genocídio indígena contemporâneo no Brasil e o discurso da bancada ruralista no Congresso Nacional**. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018. 157 p.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEGNER, R.; SOUZA, V. S. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 263-288, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/2013nahead/ahop0113.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

WELSING, Francis Cress. **Os papéis de Isis**: as chaves para as cores. Rio de Janeiro: Wellington Agudá, 1989.

Data de submissão do artigo: 06/01/2020

Data da decisão editorial: 23/03/2020